

TECNOLOGIA

Nos EUA, que figuram no primeiro lugar entre os países com maior prejuízo, as perdas somaram US\$ 712 milhões. Danos associados à IA podem atingir US\$ 40 bi até 2027

Perdas com deepfake custam US\$ 2 bilhões

» PEDRO JOSÉ*
» CAETANO YAMAMOTO*

Uso de deepfakes em fraudes digitais tem ampliado perdas financeiras em escala global e elevado a frequência de ataques, com impacto direto sobre empresas e consumidores. Dados compilados pela Surfshark por meio do AI Incident Database, Resemble.AI e OCDE indicam que os prejuízos acumulados com esse tipo de golpe chegaram a US\$ 2,19 bilhões, sendo uma parcela impressionante de US\$ 1,65 bilhão registrada apenas no ano de 2025.

Nos Estados Unidos, as perdas somaram US\$ 712 milhões. Desse total americano, 43% ocorreram no setor corporativo e 17% (ou US\$ 124 milhões) vieram de golpes de personificação de familiares, uma modalidade em que os EUA concentram 99,9% de todos os prejuízos globais. Além do alto volume financeiro na América do Norte, o impacto se estende com força por outros países. A Malásia aparece como o segundo maior alvo, registrando US\$ 502 milhões em perdas, quase totalmente atreladas a falsos investimentos (99,7%). Já o ano de 2026, demonstra que a frequência e a eficácia das ameaças não estão diminuindo, com as perdas globais contabilizando US\$ 96 milhões logo nos seus primeiros meses.

No ambiente corporativo, o custo médio por ataque foi estimado em US\$ 500 mil em 2024, podendo

alcançar US\$ 680 mil em grandes empresas, segundo dados do Eftsure/Business. Casos recentes ilustram a dimensão do problema, como o de um funcionário da Arup (Hong Kong) que transferiu US\$ 25 milhões após participar de uma videoconferência manipulada com deepfake em fevereiro de 2024.

Projeções apontam que os danos associados ao uso de inteligência artificial generativa podem atingir US\$ 40 bilhões até 2027, com crescimento anual médio de 32%

Ataques cibernéticos

No Brasil, o cenário acompanha a tendência global. Não há um levantamento específico sobre deepfake. Mas, considerando ataques cibernéticos em geral, o país ocupa a segunda posição no ranking mundial, com cerca de 700 milhões de tentativas por ano, o que equivale a 1.379 ataques por minuto, segundo a ADDP. Em 2025, fraudes envolvendo o sistema de pagamentos instantâneos Pix geraram prejuízo de R\$ 4,9 bilhões, enquanto o volume geral de golpes digitais cresceu 35%.

Levantamento da Adyen indica que 42% dos brasileiros já sofreram perdas financeiras diretas, com prejuízo médio de R\$ 2.288. No comércio eletrônico, foram registradas 2,8 milhões de tentativas de fraude em 2025, com impacto estimado em R\$ 3 bilhões. Considerando a subnotificação,

Reprodução/Pixabay



Por causa do prejuízo, empresas têm revisado estratégias de segurança

as perdas totais com fraudes digitais no país podem ter variado entre R\$ 10 bilhões e R\$ 112 bilhões em 2024.

Diante desse cenário, empresas têm revisado estratégias de segurança. Projeções da Experian indicam que, até 2026, cerca de 30% das organizações deixarão de considerar soluções isoladas de verificação de identidade como confiáveis. Além disso, 72% dos líderes empresariais apontam as fraudes com inteligência artificial como um dos principais desafios operacionais.

O especialista em crimes cibernéticos Rodrigo Fragola explica

que os deepfakes, conteúdos em vídeo, imagem ou áudio manipulados por inteligência artificial para simular o realismo de uma pessoa, trazem riscos que vão muito além dos golpes corporativos, englobando também desinformação, manipulação política, chantagem e violência digital.

Fragola aponta que um dos principais obstáculos está na identificação dos responsáveis pela criação e disseminação desse tipo de conteúdo. Segundo ele, o uso de ferramentas como redes privadas virtuais (VPNs), contas falsas, aplicativos criptografados e a rápida replicação de conteúdos dificultam o rastreamento da origem e a atribuição de autoria.

No campo jurídico, o especialista avalia que a legislação brasileira atual permite enquadrar parte dos danos provocados por deepfakes em crimes já previstos, como estelionato, ameaça e crimes contra a honra. No entanto, ele destaca limitações na prevenção. “A lei atua melhor depois que o dano ocorre do que antes da viralização”, diz. De acordo com Fragola, ainda há lacunas na tipificação específica de deepfakes não autorizados e na definição de responsabilidades das plataformas digitais diante de riscos iminentes.

Paralelamente ao avanço das fraudes, empresas têm ampliado o uso de ferramentas de detecção baseadas em inteligência artificial para tentar conter esse tipo de crime. Segundo Camilo Girardelli, membro do IEEE e arquiteto de software, essas tecnologias já operam em diferentes níveis de complexidade, desde verificações básicas até análises avançadas em ambientes críticos, como o sistema financeiro.

“A tecnologia está bem avançada. Temos desde análises mais superficiais, para validações simples de imagens e documentos, até análises extremamente profundas em sistemas bancários”, afirma.

A adoção dessas soluções ocorre principalmente no ambiente corporativo, com foco em instituições financeiras e empresas que lidam com dados sensíveis. “A adoção é muito mais voltada para o mercado empresarial, especialmente fintechs e empresas do sistema financeiro, que preferem ter essas soluções internamente”, explica. Segundo ele, o uso pode ser expandido para qualquer serviço digital que dependa de validação de identidade, incluindo redes sociais, plataformas educacionais e sistemas governamentais.

No setor financeiro, os prejuízos associados a deepfakes estão diretamente ligados à fraude de identidade. “O prejuízo ocorre quando um fraudador usa um documento, imagem ou reconhecimento facial falso para se passar por outra pessoa”, diz.

Girardelli afirma que, em grande parte dos casos, o impacto financeiro recai sobre as instituições. “O cliente comprova que não realizou a transação, e a instituição financeira acaba absorvendo o prejuízo”, afirma.

*Estagiários sob a supervisão de Edla Lula

Brasil S/A
por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Festival de obviedades

Com a candidatura à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), de um lado, e, do outro, o senador Flávio Bolsonaro e os ex-governadores Ronaldo Caiado (PSD) e Romeu Zema (Novo), o time titular da corrida presidencial está escalado, salvo substituições e desistências de última hora.

Em tese, o confronto opõe esquerda e direita de modo bruto, a tal polarização de que se fala. Na prática, os dois campos expõem mais coincidências que contrastes nas ideias ainda muito vagas e pueris do que se comprometem a fazer na economia. A contradição está em que todos dão grande destaque à questão fiscal em seus discursos e nas minutas de programas de governo, divergindo quanto ao propósito.

A esquerda critica as amarras ao aumento das despesas e receitas, sobretudo as tributárias, apesar do quadro de déficit orçamentário recorrente desde 2014, com a exceção pontual de 2022, atribuído à taxa básica da economia (Selic), a taxa de juros de política monetária do Banco Central.

A direita e o centro também dão centralidade ao desarranjo das contas fiscais, embora por razões opostas: excessos de gastos e de impostos, criando rigidez à desinflação dos preços que o BC tenta conter com juros altos, implicando sequelas da expansão da dívida pública e privada, crédito caro, endividamento e inadimplência.

Ambos os lados partilham a preocupação com o movimento da dívida pública, que deve chegar ao fim do ano no patamar de 83,6% do Produto Interno Bruto (PIB), a maior entre as economias emergentes. Um salto de 11,9 pontos de porcentagem em relação ao fim de 2022, ou R\$ 406 bilhões ao ano.

As diferenças emergem sobre o que fazer para reduzir essa conta, que avança com o déficit fiscal e pela Selic, a taxa de referência dos tomadores dos papéis de dívida emitidos pelo Tesouro Nacional.

Um lado se queixa do Banco Central, que acusa de fazer o jogo do rentismo ao praticar juros hoje de 14,75% ou cerca de 10% reais ao ano. O outro, os programas de despesas, sobretudo transferências de renda, e o baixo controle dos gastos. Esse é um debate pífio.

Todos certos...e errados

Todos estão certos...e errados. A governança política, exercida gastando e cobrando impostos, não é política econômica. Significa gestão da tesouraria dos dinheiros públicos, que ajuda o progresso, mas não o concretiza. Falta o agente coordenador das aspirações de prosperidade e facilitador do investimento transformador e criador de mercados. Estamos reféns dessa concepção passadista há 40 anos.

O economista Fernando Montero, um diligente estudioso das contas nacionais, não perde tempo nesta discussão. “Quase tudo do déficit fiscal hoje é federal, e quase tudo do déficit federal se deve aos juros”, diz ele. “Mas quase tudo dos juros hoje é fiscal, mais por fluxo (gastos e transferências fiscais e parafiscais com economia em pleno emprego) que por estoque (riscos de solvência de longo prazo virando default e/ou inflação).” Parece mas não é complexo.

Ele continua: olhando especificamente os gastos públicos, ou fiscais como também se diz, deve-se ver tanto o governo federal quanto os estados e municípios. Tais gastos somam um terço do PIB e estão todos bombando neste terceiro mandato de Lula, com algumas variações de calendário. “Nosso grande problema continua sendo de crowding out, ou seja, querendo achar o quinto quarto da pizza.”

Desenhando: o financiamento da dívida absorve recursos privados, elevando os juros, que oneram o estoque devido alimentado, agora, tanto pelos déficits recorrentes quanto pelo custo para girá-la.

Atraso da inércia e ranço

“Sendo a questão mais fácil ou ao menos rápida de resolver, parece, entretanto, mais difícil de diagnosticar”, diz Montero. Adiciono: difícil talvez porque as despesas de juros para as contas públicas são riquezas transferidas aos detentores dos títulos do Tesouro, e isso cria interesses estabelecidos difíceis de superar.

Não só a inércia impede a oxigenação das ideias. Depois de muitas horas de voos com idas e vindas a Brasília, consumidas em reuniões com políticos, ministros, burocratas, advogados que abrem portas, os executivos do setor privado criaram uma espécie de prevenção ao que envolva o Estado, se não forem parte privilegiada da equação.

Surgiu um ranço a tudo que tenha o dedo estatal, levando à defesa do chamado Estado mínimo mais por pragmatismo que por ideologia.

O ajuste fiscal permanente (teto de gasto, arcabouço fiscal etc.) vem daí, e sempre fracassa. As contas públicas fraquejam devido à má governança e ao descontrole, por lhe faltar apoio programático no Congresso, por ceder às corporações, ao Judiciário, e outras deficiências conhecidas.

Esse status quo é também fragilizado pelo equívoco de formulação do crescimento movido a consumo — habitual na América Latina em regimes populistas de esquerda e direita — e não pela expansão da oferta e da inovação tecnológica. Poem-se fichas na contenção do gasto bancado por dívidas — o numerador da relação entre dívida e PIB —, em vez de priorizar o denominador conforme o modelo bem-sucedido das economias asiáticas, e dos EUA até os anos 1980.

Mobilização empresarial

Como mudar as velhas ideias, o pé atrás do setor privado ao que requer participação de órgãos do governo, da política e cada vez mais do Judiciário? Mudando a mentalidade geral, o mindset.

Como mudar? Anunciando meta de crescimento do PIB, movido pelo investimento público e privado, com custo de capital permissível e carga tributária menor, ambos dependentes de controles gerenciais estritos das despesas (como no Paraná, em Goiás), digitalização de processos (o que obriga rever cada linha de gasto), tratar consumo como ativo para as empresas estrangeiras — temos o último grande mercado de consumo de massa no mundo não realizado. Óbvio, a esta altura, que isso exige uma ampla renegociação de dívidas privadas.

Exige mais. Um mecanismo que organize capital, know-how e escala empresarial para missões estratégicas, como a elétron-indústria (eletricidade e processamento de dados). É a economia do elétron.

Por que isso é necessário? Porque o Estado sozinho não entrega, nem na China. Um plano que faça diferença tem de ter investimento graúdo em eletrificação, semicondutor, bateria, infradigital, IA. O governo pode destravar e dar direção, mas lhe falta capacidade operacional e capital para liderar as iniciativas empresariais.

É preciso também saber atrair o capital velho e sobretudo o novo, criando empreendedores onde persista a inércia paralisante. Como? Pensamos num “Sistema Nacional de Mobilização Empresarial” como o meio para transformar empresário e investidor em co-protagonistas do processo de desenvolvimento, com abordagem de baixo para cima.

Há isso na Índia (NITI Aayog), no Japão (Keidanren), na Coreia do Sul (chaebols articulados ao Estado), nos Estados Unidos (Darpa/NIST/SPARC), em Cingapura (EDB). Essas agências se dedicam a tomar seus países em potências baseadas em conhecimento e tecnologia, além de veículos institucionais para promover cadeias produtivas estratégicas.

Estão aí tópicos para abrir uma conversa promissora para além das grosserias das campanhas eleitorais e da vulgaridade econômica.

ADEMI DF

Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal

Informativo do mercado imobiliário



Brasília-DF, 26/04/2026

ADEMI DF reafirma sua atuação técnica e propositiva para melhorar ambiente de negócios no Distrito Federal

O mercado imobiliário tem participado ativamente do debate sobre o arcabouço legal que rege o uso e ocupação do solo no Distrito Federal, levando ao poder público sugestões técnicas e a experiência do setor organizado, com objetivo de contribuir para um ambiente de negócios mais seguro e saudável para os empresários.

Quando há regras claras, marcos legais atualizados e segurança jurídica, o mercado imobiliário planeja, investe e traz resultados positivos para toda a sociedade. É a partir dessa previsibilidade que o setor consegue ampliar a oferta de moradia regular, criar empregos e atrair novos investimentos.

O desenvolvimento planejado do DF, portanto, tem sido um dos principais compromissos da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal (ADEMI DF). Por meio de projetos com qualidade técnica,

cumprimento da legislação em vigor, viabilidade econômico-financeira, respeito ao meio ambiente e métodos construtivos seguros e inovadores, as maiores empresas do setor, associadas à ADEMI DF, têm contribuído para o futuro do Distrito Federal.

Entre essas ações, destacam-se a doação de projetos urbanísticos ao Governo do Distrito Federal, a exemplo do Noroeste e do novo bairro Jóquei Clube, pois a ADEMI DF entende que diálogo institucional e cooperação técnica são essenciais para um desenvolvimento urbano mais eficiente, responsável e sustentável no DF.

Com um déficit habitacional superior a 100 mil unidades e milhares de famílias em busca da casa própria, planejar o crescimento urbano é fundamental para garantir qualidade de vida, segurança jurídica e oportunidades para as novas gerações.

SCIA Quadra 11, Conjunto 2, Lote B - Guarará - Brasília/DF - Fone: (61) 3328-7597

E-mail: ademidf@ademidf.com.br

Acompanhe: www.ademidf.com.br | @ademidf